

PASTORAL DA TERRA

Julho a Setembro de 2021 Ano 46 – Nº 251

Foto: Andressa Zumpano

RESISTÊNCIA INDÍGENA

Págs.: 8 e 9



***Via Campesina realiza Seminário
LGBTI: Colorindo territórios e
semeando orgulho e resistência!***

Pág.: 4



EDITORIAL

Levante indígena nos mostra que há esperança!

Pandemia, fome, pobreza inflação, atentados subsequentes à democracia. E parece que, cada vez mais, nos aproximamos do fundo do poço. Porém... "faz escuro mas eu canto!". A luz de esperança vem dos povos tradicionais. Indígenas ocuparam, mais uma vez, Brasília. Pela vida e por seus territórios bradaram com o Marco Temporal. Mesmo com o risco de contaminação pelo vírus da Covid, a ação que se estendeu pelos meses de agosto e setembro, foram fundamentais na luta para garantir seus territórios ancestrais.

Ainda na luz da resistência, a Via Campesina realizou o Seminário LGBTI. Lembrando que devemos lutar contra todas as cercas, inclusive as que tentam aprisionar corpos. É preciso ampliar o debate com os povos do campo, das águas e das florestas, e evitar que a violência contra os LGBTI se perpetue, também, nesses espaços.

Em setembro fizemos memória de todas as lutas do Cerrado e da Amazônia. As lutas dos povos desses biomas, que resistem ao capitalismo predador, ao projeto de morte das florestas, das águas e dos saberes tradicionais. Ações foram realizadas por todo o país, e em outros também, denunciando as investidas que destroem cada dia mais esses biomas, e também as violências contra os povos que neles vivem e os protegem.

Em contraponto ao discurso de ódio e de retrocessos de direitos do presidente, que ora temos no Brasil, e de seus apoiadores, o Grito dos Excluídos se fez presente, denunciando a fome que volta a ser realidade em nosso país.

Mais uma vez testemunhamos massacres no campo e violência contra as comunidades. Amazônia como palco. Geraizeiros seguem resistindo ao projeto da Mineradora SAM, no Norte de Minas Gerais, e na Bahia, tais comunidades tentam evitar desmatamento gigantesco para o plantio de soja. No Maranhão, quilombolas também freiam desmatamento ilegal, e sanha do correntão que tudo arranca da terra.

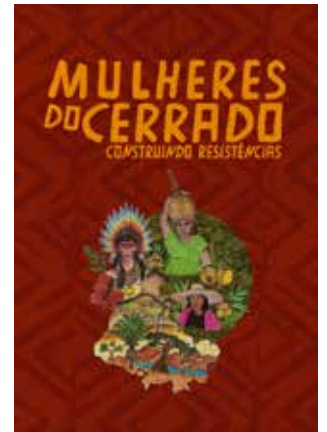
Violência, desmatamento, dejetos de mineradoras, queimadas, e assim os territórios seguem sendo impactados em prol do vil desenvolvimento. Como sem água não há vida, a Articulação das CPT's do Cerrado tenta ir na contramão devastadora, e lança a Campanha "Salve Uma Nascente". O objetivo é salvar 5 nascentes em áreas de cerrado, nos estados do Piauí, Maranhão, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Contribua você também e salve uma nascente!

Boa leitura e se cuidem!

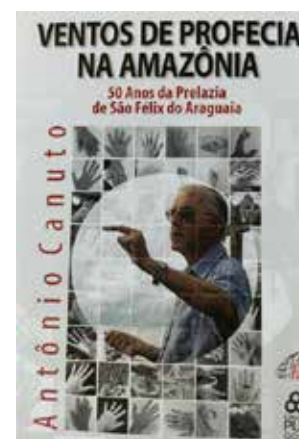


"Mulheres do Cerrado: construindo resistências"

A cartilha "Mulheres do Cerrado: construindo resistências" é parte de um conjunto de materiais lançados como iniciativa da Articulação de Mulheres do Cerrado. Os materiais reúnem saberes tradicionais, conteúdos formativos e místicos a partir das vozes de mulheres cerradeiras, que são múltiplas e plurais. Esta cartilha é um dos produtos desse esforço coletivo de entender a realidade vivida, buscando transformá-la. Nela estão registradas, com força e beleza, muitas das falas das mulheres, e muitas das referências trazidas por elas, sobre o sistema capitalista, sobre o racismo e o etnocentrismo e sobre o patriarcado, mostrando como esses sistemas, operando ao mesmo tempo, atravessam nossos corpos e os territórios. Com 39 páginas, a publicação pode ser baixada gratuitamente no site da CPT, na aba "Biblioteca Virtual - Publicações".



Ventos de Profecia na Amazônia - os 50 anos da Prelazia de São Félix do Araguaia



Um ano após o Dom Pedro Casaldáliga ter sido plantado à sombra de um pequi, à beira do Araguaia, no cemitério dos Karajá, no Mato Grosso, foi lançada no mês de agosto a publicação "Ventos de Profecia na Amazônia - os 50 anos da Prelazia de São Félix do Araguaia". O livro foi escrito por Antônio Canuto, que durante 26 anos atuou na Prelazia. Dividido em cinco partes, a obra trabalha desde a presença da igreja na região e seus primeiros contatos com indígenas, antes da chegada dos missionários claretianos, que assumiram a missão católica no Araguaia, até o processo de sucessão do bispo Pedro e seus desdobramentos até os dias atuais. O posfácio é de autoria de Sergio Coutinho, doutor em História e professor em Brasília. A publicação pode ser adquirida pelo site da CPT por R\$45, na seção "Loja Virtual".



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás – CEP: 74030-090.

Fone: (62) 4008-6466 – **Fax:** (62) 4008-6405.

www.cptnacional.org.br / comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente Interino
Dom José Ionilton

Coordenadores Nacionais

Andréia Silvério
Carlos Lima
Isolete Wichiniwski
Ronilson Costa

Redação
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)
Andressa Zumpano
Mário Manzi (Reg. Prof.: 0003157/GO)
Amanda Costa (Reg. Prof.: 0004075/GO)
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo da Silva Souza

APOIO

Brot für die Welt

CANADIAN CATHOLIC ORGANIZATION FOR
Development
and Peace



MISEREOR
IHR HILFswerk

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco: Caixa Econômica Federal, Agência: 4520 - Conta Corrente: 386-0 Comissão Pastoral da Terra

CNPJ: 02.375.913/0001-18

Para doações internacionais:

IBAN: BR95 0036 0305 0452 0000 0003 860C 1

Código Swift: CEFXBRSP

Informações cpt@cptnacional.org.br

Tiragem: 3.750 exemplares



Comunidades geraizeiras do Norte de Minas protestam contra a mineradora chinesa SAM

Foto: Comunidades do Território Tradicional Geraizeiro de Vale das Cancelas



O Procurador-Geral de Minas Gerais, Sr. Jarbas Soares Júnior, cumpriu, no dia 8 de julho, uma agenda na região Norte de Minas Gerais, sendo a maior parte destinada a tratar de questões relacionadas ao Bloco 8, megaprojeto de mineração da empresa Sul Americana de Metais S/A (SAM). Para se manifestar contra a mineradora chinesa, as comunidades geraizeiras pregaram cartazes e escreveram, no chão de terra, os dizeres “Fora SAM”. A empresa pretende se instalar dentro do território das comunidades tradicionais geraizeiras dos municípios de Grão Mogol, Padre Carvalho e Josenópolis. Em 24 de maio de 2021, o Ministério Público de Minas Gerais assinou um Termo de Compromisso com a SAM, sem a participação ou consulta às comunidades atingidas. Após esse termo, a mineradora retornou ao território e tem realizado visitas domiciliares, em plena pandemia, violando o isolamento social que as comunidades vêm fazendo para se protegerem. (Brasil de Fato)

Geraizeiros cobram governador da Bahia sobre licenças para desmatamento gigante dada a sojeiros

Comunidades geraizeiras de Formosa do Rio Preto, no oeste da Bahia, cobram do governador Rui Costa (PT-BA) o motivo da concessão de uma licença irregular ao Condomínio Cachoeira do Estrondo para devastar 24.732 hectares de vegetação nativa. A área, administrada por três empresas com longo histórico de grilagem, desmatamento ilegal, violência e até trabalho escravo, é maior que Recife. No dia 01 de setembro, a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, a Associação de Advogadas/os de Trabalhadoras/es Rurais no Estado da Bahia (AATR) e outras 54 organizações enviaram uma carta a Costa, à secretária do Meio Ambiente, Márcia Cristina Telles de Araújo Lima, e à coordenadora executiva da Coordenação de Desenvolvimento Agrário, Camilla Batista, pedindo a revogação da medida. De acordo com relatório da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), a propriedade, na divisa com os estados do Maranhão, do Tocantins e do Piauí, se estende por 305 mil hectares, dos quais 150 mil estão ocupados com plantio de soja, milho e algodão. (De Olho nos Ruralista)

Cerrado registra maior número de focos de incêndio desde 2012

O Cerrado brasileiro registrou, de 1º de janeiro até 31 de agosto, o maior número de focos de incêndio para esse período desde 2012: foram 31.566 pontos de fogo no acumulado deste ano, contra 40.567 no mesmo período em 2012. Os dados são do Programa de Queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Em 2012, assim como neste ano, o país também passava por um período de falta de chuva, o que contribui para o aumento dos focos de incêndio. A falta de chuva no Cerrado influencia a seca do Pantanal, do Rio São Francisco e até na hidrelétrica de Itaipu, abastecida pela bacia do Rio Paraná. Outros biomas também passam por situação crítica: a Amazônia registrou focos de incêndio acima da média para o período de janeiro a agosto, e a Caatinga viu um aumento de mais de 100% no número de pontos de queimada em relação a 2020. (G1)

Comitiva com mais de 50 pessoas visita o Quilombo Tanque da Rodagem em ato de apoio

Foto: Quilombo Tanque da Rodagem

A comunidade Tanque da Rodagem impediu que funcionários que dirigiam os tratores de propriedade do latifundiário que desmatou a região, continuassem a ação até a chegada da PM ao local. As famílias exigem a titulação do território quilombola e proteção contra ameaças.

Uma comitiva com mais de 50 pessoas, articulada pela Teia dos Povos do Maranhão, juntou-se aos quilombolas da comunidade Tanque da Rodagem, no município de Matões, distante 630 km de São Luís, que ocupam as margens da MA-262 desde o dia 10 setembro. O acampamento recebeu o nome da líder quilombola Fátima Barros, que faleceu por Covid-19 em abril deste ano. As famílias quilombolas que montaram acampamento desde o dia 10 continuam em vigília. De acordo com Givanildo Regis, do Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom), “ainda temos muitas outras so-



licitações para serem atendidas, além da apreensão dos tratores que destruíram o cerrado maranhense. Vamos seguir com o levante”, disse.

Somente na noite do dia 14, um comboio da Polícia Militar do Maranhão chegou ao território e fez, então, a apreensão dos tratores, que com

a técnica do uso do correntão da soja, destruíram a vegetação nativa com árvores protegidas e espécies frutíferas que servem ao sustento das famílias. A comunidade demanda a presença das Secretarias de Segurança Pública e do Meio Ambiente com urgência no território. (Raízes do Cajueiro)

DIVERSIDADE

Coletivo LGBTI da Via Campesina realiza seminário sobre diversidade sexual e de gênero

As discussões, divididas em dois dias, envolveram mais de cem participantes de diversas organizações e movimentos sociais do Brasil, com representantes da Europa e da América Latina. Dentre os objetivos do Seminário: aprofundar o debate da conjuntura política, diversidade sexual e de gênero e lutas de classe no campo, além de abordar os desafios e diversidade sexual e de gênero no movimento internacional da Via Campesina.

ANDRESA PAIVA (MPA),
ALICE NIED (MPA), LUNAMAR
CRISTINA (MMC-PR),
MÁRIO MANZI (CPT),
WESLEY LIMA (MST)

A Via Campesina Brasil realizou nos dias 24 e 31 de agosto, o Seminário Diversidade Sexual e de Gênero que trouxe como tema “LGBTI La Via Campesina: Colorindo territórios e semeando orgulho e resistência!”. Com a presença dos movimentos da Via como MAB, MST, PJR, MMC, CONAQ, MAM, MPA, MPP, CPT, e a representações da Coordenadoria Latinoamericana de Organizações do Campo (CLOC) e da Coordenação Europeia da Via Campesina (ECVC), o Seminário também teve entre as organizações convidadas a CONTAG e o Coletivo Tibira.

O processo de organização LGBTIs na Via Campesina Brasil se iniciou em 2016, no entanto em 2020 se consolida o coletivo LGBTI da Via Brasil, que tem por objetivo criar um espaço de organização sobre diversidade sexual e gênero, a fim de conectar as LGBTI do campo, das águas e das florestas em âmbitos nacional e internacional. A organização do coletivo já materializa várias ações, como o processo de elaboração da cartilha “Diversidade sexual e de gênero na Via Campesina: Rompendo o silêncio sobre a existência das LGBTI no campo”. Na abertura do Seminário, Noeli Taborda, do MMC, enfatizou que estamos em uma sociedade capitalista, patriarcal, racista e LGBTfóbica, que discrimina e destrói as pessoas, os bens naturais e a vida e, por isso, nós povos do campo, das águas e das florestas seguimos nos organizando e lutando para quebrar as correntes que nos oprimem, e que nossa luta e resistência só virá da construção coletiva.

Paula Gioia, do Comitê de Organização Internacional da Via Campesina, enfatizou em suas fala a importância



Foto: Reprodução Zoom

desse espaço para avançar na agenda da diversidade sexual dentro dos movimentos e do mundo rural.

Thaís Paz, do MST, apresentou alguns desafios estruturais que ultrapassam a dinâmica da conjuntura. Em sua fala, Paz questionou qual seria a relação entre diversidade sexual e de gênero dentro do capitalismo e se tais questões podem ser consideradas como elemento constitutivo da luta de classes.

Para Paz é equivocado pensar patriarcado e racismo como apêndices do capitalismo uma vez que o conjunto das relações sociais são atravessadas por todos esses temas.

Neimar Kiga, do Coletivo Tibira, iniciou sua fala ressaltando que é preciso problematizar os espaços dados a indígenas quando são pautados a falarem. “Somos convidados a falar no mês de abril” e completa que o mesmo vale para “ser indígena LGBT, somente no mês de junho”. Kiga considera que é preciso haver uma manutenção das pautas durante todo o ano.

Blanca Ruiz, da CLOC Nicarágua, pontuou que a luta é por reforma agrária integral e popular. Em seguida, Yeva Swart, da ECVC, ressaltou que há uma compreensão por vezes errônea de que a situação da Europa é mais progressista. “Em diferentes regiões há leis anti-

-migrante, anti-lgbt. Vemos muita divulgação de terapias de conversão e aumento de discurso transfóbico”. Para ela, há um lapso de identidade política, “Necessitamos identificar os nossos membros para aumentar nossa rede, construir alianças, fortalecer o trabalho que é realizado e lutar por soberania alimentar e contra o patriarcado que quer controlar corpos” finalizou.

Cony Gonzalez, da Organização de Mulheres Campesinas e Indígenas (Conamuri) do Paraguai, falou das principais dificuldades de inserção do debate. Ela explicou que as reflexões sobre diversidade sexual e de gênero, além de serem recentes no país, deparam-se com um “estigma acerca da vivência da sexualidade dos sujeitos LGBTI, sendo considerados maus”.

Nesse sentido, Viviana Rojas, integrante da Via Campesina Internacional, apresentou alguns instrumentos criados pela organização que contribuem na legitimidade do debate da diversidade sexual nos países. Entre eles, está o “Feminismo Camponês e Popular”, cuja construção e ousadia está fortemente ligada às lutas de resistência das mulheres rurais articuladas na Via Campesina, num contexto de confronto ao capitalismo colonial e exploratório que há séculos violenta as

terras, territórios e riquezas naturais.

Tanaíra Sobrinho, indígena Terena do Mato Grosso do Sul e integrante do Coletivo Tibira, afirmou que existe um apagamento dos povos indígenas nas pautas gerais do Movimento LGBTQIA+ e uma invisibilização dos sujeitos dentro das organizações indígenas. “A colonialidade é muito presente em nossas vidas. Geralmente a sociedade brasileira pouco conhece os 300 povos que vivem em nossos territórios. E essa narrativa

construída sobre os povos nos livros escolares pouco nos representa”, explicou.

Nesse sentido, Débora Gomes, da Conaq, contou que a auto-organização LGBTI quilombola sempre foi invisibilizada e a retomada dos territórios a única pauta prioritária. Ela destacou que não pode haver distinção entre a luta pelos territórios quilombolas e a sexualidade, levando em consideração que os territórios são compostos por sujeitos que vivem e expressam a diversidade sexual e de gênero cotidianamente.

Em torno dos principais desafios da diversidade sexual e de gênero, Erifranklin Santos, do MPA, organizou-os no que ele chama de tripé: organização, formação e luta.

Na dimensão formativa, Erifranklin argumentou que o processo precisa caminhar lado a lado com a disputa pela educação. “Precisamos questionar a educação que estamos construindo e, ao mesmo tempo, potencializar as lutas em defesa do acesso e a garantia da mesma em nossos territórios”.

Por fim, sobre a luta, ele destacou que os processos precisam garantir condições plenas de vida: “As condições materiais, como o acesso a políticas públicas são de extrema importância e nossa luta precisa expressar isso”.

ENTREVISTA

Ventos de profecia na Amazônia - 50 anos da Prelazia de São Félix do Araguaia

Em entrevista ao Jornal Pastoral da Terra, Antônio Canuto, membro fundador da CPT e atuante na Prelazia de São Félix do Araguaia (MT) durante 26 anos, fala sobre o livro que escreveu no marco dos 50 anos da Prelazia, a experiência de um novo jeito de se fazer Igreja, o legado de Pedro e os desafios para manter sua memória viva. Confira:

CRISTIANE PASSOS*

1 - Canuto, na conjuntura política que vivíamos quando se deu a instalação da Prelazia de São Félix do Araguaia, qual foi, para você, o diferencial da proposta dessa criação para o povo do Araguaia?

Antônio Canuto - Com exceção de Santa Terezinha que pertencia à Prelazia de Conceição do Araguaia (PA), e que mantinha padres no povoado, o restante da região contava com a presença esporádica de algum padre no sistema de desobrigação. O padre passava uma ou duas vezes por ano e fazia batizados, casamentos, celebrava missa. Com a chegada dos novos missionários para iniciar um novo trabalho, as coisas mudaram. Pedro e companheiros chegaram pouco tempo depois do final do Concílio Vaticano II, que promoveu uma grande reforma da Igreja. O diferencial foi que eles se empenharam em traduzir na prática esta reforma que propunha uma volta às raízes da fé, à pureza do Evangelho que tem os pobres no centro. Como consequência se deu a clara tomada de posição em favor dos indígenas, dos posseiros e dos peões. Os que se intitulavam 'promotores do desenvolvimento e do progresso' invadiam as terras indígenas, expulsavam posseiros e exploravam os trabalhadores de suas fazendas em regime análogo ao do trabalho escravo. E por isso os missionários mantinham distância deles, não aceitavam o que eles ofereciam.

2 - Qual a importância da chegada de Pedro Casaldáliga à região para essa nova proposta de se fazer Igreja?

Antônio Canuto - Possivelmente a atuação da igreja nesta região seria diferente se tivesse na coordenação outra pessoa que não Pedro. Ele e os companheiros, ao chegarem, não tinham noção dos desafios que enfrenta-

riam. A realidade provocou neles uma conversão radical, tanto no enfrentamento desta realidade quando no jeito de ser igreja. Esta conversão, porém, só foi possível porque eles tinham, sobretudo em Pedro, uma sensibilidade humana impressionante, que o fazia sentir em sua própria carne as injustiças que o povo e os trabalhadores viviam. Sensibilidade que extravasava em versos e transmutava em profecia. Daí as contundentes denúncias que Pedro fazia. Essa sensibilidade, a busca de uma fidelidade total ao Evangelho, potencializada pelas conclusões do Concílio Vaticano II, pelo Pacto das Catacumbas e pelas conclusões da Conferência Latino-americana do Bispos em Medellín, fizeram Pedro e seus companheiros assumirem um novo modelo de Igreja, que se concretizou na abolição de qualquer insignia e privilégio que os colocassem num patamar longe dos fiéis comuns.

3 - Você que viveu na região e não só acompanhou, mas assumiu também a proposta de vida de Igreja com e para os pobres, como era a relação da Igreja Católica com esse modo pastoral que Pedro propôs na região?

Antônio Canuto - Depois que Pedro foi enterrado naquele velho cemitério de São Félix, eu escrevi "na vida e na morte Pedro sacode a igreja". O estilo de vida simples, austero, adotado por Pedro contrastava com o que era vivido normalmente nas igrejas do Brasil e do mundo. O mesmo se pode dizer da forma como foi sepultado. Pedro, porém, era muito respeitado pela grande maioria dos bispos, sobretudo por sua coerência de vida, entre o discurso e a prática. Era um momento novo da Igreja quando muitos bispos procuravam se desvencilhar de alguns privilégios. Mas não faltaram os desconfortados com este estilo de vida e de atuação.

Bispos do regional Centro-Oeste, ao qual a Prelazia pertencia,



tentaram afastá-lo do regional. O bispo de Diamantina (MG), dom Geraldo Sigaud, o denunciou como comunista. O Vaticano, de alguma forma, deu eco a acusações e nomeou um Visitador Apostólico para investigá-las. Porém, a direção da CNBB e a grande maioria dos bispos, sobretudo nos anos críticos da repressão, foram muito solidários a Pedro e à Prelazia.

4 - Quais eram as principais lutas enfrentadas pela Prelazia no momento de sua criação e quais são os principais desafios para ela, hoje?

Antônio Canuto - Quando a Prelazia foi criada os desafios eram de toda ordem. A educação se resumia no máximo ao quarto ano primário, com professoras com a mesma formação. Não havia nenhum médico em toda a região. Mas o grande e básico desafio era o da terra. As terras indígenas estavam sendo invadidas pelas grandes empresas, os posseiros eram expulsos dos espaços que trabalhavam e os peões submetidos a condições análogas ao trabalho escravo. O boi tinha muito

mais valor e importância que as pessoas. Hoje a situação é mais complicada e complexa. São 15 os municípios atualmente, quando no momento da instalação havia somente um, o de Luciara. São Félix era um distrito da longínqua Barra do Garças. Quando a torneira dos incentivos fiscais secou, todas as empresas que se instalaram naquele primeiro momento, uma a uma, foram deixando a região. E as terras foram destinadas para o agronegócio. Se no primeiro momento era o boi que ditava as leis, hoje é a soja e o milho, com toda a chuva de venenos que os acompanham. A equipe pastoral atual não tem a mesma identidade e coesão daqueles anos primeiros.

5 - Canuto, como você acha que será o futuro da Prelazia sem a figura do Pedro vivente, mas com o legado e memória dele?

Antônio Canuto - Esta é a grande questão. Como manter o modelo de igreja que ali se implantou, o legado e o espírito de Pedro? Na região tem muita gente, e mesmo entre alguns agentes de pastoral, que gostariam de esquecer Pedro e a igreja que lá se viveu. O bispo atual, Dom Adriano, expressa de muitas formas a necessidade de se manter o espírito das origens, mas tenho a impressão de que muitas vezes suas palavras caem no vazio. Numa tentativa de manter vivo o legado que Pedro deixou, a Prelazia decidiu celebrar todo ano, a Semana Pedro Casaldáliga, no entorno do aniversário de sua Páscoa. Isso aconteceu este ano em São Félix e numa semana com atividades on-line, liderada por alguns alunos da escola de Teologia da Prelazia. Não tenho notícias de que em outras partes na Prelazia tenha acontecido algo semelhante. Esse é o grande desafio do momento atual.

ARTIGO

De qual DEMOCRACIA estamos falando?

EUZAMARA DE CARVALHO*

A gravidade do atual momento de crise política, econômica, sanitária e socioambiental, agravada pela deflagração da pandemia do Covid-19 no Brasil, provocará novas formas de reorganização das relações humanas e sociais.

O contexto de perpetuação da pandemia, com dados alarmantes de mais de 580 mil mortes em nosso país, concomitante aos diferentes fatores da crise que atravessamos, têm causado tamanho impacto no mundo. Em meio a este cenário, no dia de 7 de setembro, que marca a data emblemática da Independência do Brasil, vimos o agravamento da situação, que aponta a urgência de ressignificação dos sentidos democráticos que orientam nossa convivência no nosso país.

Neste dia 07 se fortaleceu a constatação de que o percurso de atuação do chefe de Estado do Brasil tem sido trilhado na direção contrária da carta de direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988. Não precisamos ir longe para demonstrar tal afirmação. De acordo com o Preâmbulo da Constituição Federal de 1988, a instituição do Estado Democrático se destina a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

No entanto, o que assistimos neste dia 07 foi uma sequência de atos inconstitucionais praticados pelo então presidente da república federativa do Brasil, com nítido ataque às instituições, às autoridades do sistema de justiça, ao povo brasileiro que historicamente ocupa as ruas nessa data para afirmar a constante luta por direitos. Atos desdobrados em ações de violência praticadas pelos seus seguidos

res contra profissionais de segurança pública, profissionais trabalhadores/as dos meios de comunicação, povos indígenas que se encontravam acampados em Brasília, dentre outros.

Neste ambiente de fragilidade democrática, que demanda a defesa intransigente da democracia, se apresenta necessário o resgate do lugar da

beral da “igualdade de poder político” (sufrágio universal, como mecanismo de arrefecimento das lutas contra as desigualdades sociais). A democracia tem mais a ver com o princípio de “distribuição do poder político”, segundo o qual há que se intervir sobre as desigualdades impostas pelos processos de divisão hierárquico e desigual do

a superação das diferentes formas de opressão e de violência que atravessamos.

Fortalecer alianças para atuar em articulação com setores sociais verdadeiramente democráticos, para o enfrentamento e a resistência diante do autoritarismo e descumprimento de leis constitucionais será o caminho.



cidadania dos povos. Não para o seu enquadramento, mas para o estímulo devido a sua pertença a proposta de um Estado Democrático de Direito, que possibilite o pleno exercício da cidadania no que corresponde aos seus direitos e deveres. Na perspectiva de oferecer real sentido à Democracia, sendo este um processo de constante luta por direitos e justiça social numa sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

Dialogando com Joaquim Herrera Flores

A democracia, entendida a partir de uma estética produtora de singularidades ativas e conscientes, não deve se reduzir ao postulado li-

fazer humano, para que todas e todos gozem realmente das condições necessárias para debater, participar e decidir conjuntamente (Flores, 2009).

Disputar, ressignificar, defender a DEMOCRACIA é um desafio que se coloca nesse contexto. Não podemos permitir que o potencial de lutas e de conquistas presentes no espaço da democracia caia no vazio discursivo de grupos autoritários e antidemocráticos que sinalizam se apropriar desse conceito.

Este cenário grave e angustiante sinaliza para a necessária reinvenção de hábitos e de valores numa perspectiva mais solidária e democrática para o fortalecimento dos laços de lutas e de resistências, que possibilite

A conquista do ambiente democrático, bem como a melhoria das condições de vida do povo não advém tão somente das instituições, mas, sim da força popular que denuncia e luta historicamente pela eliminação de todas as formas de opressão da classe trabalhadora do Brasil.

É dessa Democracia que estamos falando.

Que a voz do poder popular que clama por um Brasil Justo e Solidário, livre de mentiras e ataque aos direitos sociais, seja ouvida e concretizada pelas instituições criadas para defender o interesse do povo brasileiro.

* Membro da Executiva nacional da ABJD. Assessora da Comissão da Pastoral da Terra – CPT.

VIOLÊNCIA NO CAMPO

Violência policial e a escalada de violência na Amazônia brasileira

Polícia Militar e Força Nacional são responsáveis pelo assassinato de 9 pessoas nos estados de Amazonas e Rondônia entre os anos de 2020 e 2021.

O ano de 2020 protagonizou o maior número de ocorrências de conflitos por terra já registrados pela Comissão Pastoral da Terra desde 1985. Também teve como destaque o maior número de pessoas assassinadas em conflito por água, no que ficou conhecido como Massacre do Rio Abacaxis, no Amazonas, que completou um ano em 03 de agosto de 2021.

ANDRESSA ZUMPARO*

A violência ocorrida no Rio Abacaxis é um retrato do processo sangrento de militarização da Amazônia brasileira, onde seis pessoas foram assassinadas pela Polícia Militar do Estado, em ação violenta ocorrida durante o mês de agosto de 2020, resultando na morte de dois indígenas Munduruku e quatro ribeirinhos.

Em uma operação que foi considerada de extrema violência pelas comunidades e populações indígenas do Rio Abacaxis, 50 policiais da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas realizaram ação com intuito de retaliar o assassinato de dois policiais militares, que teriam sido mortos em suposta emboscada organizada por traficantes de drogas no mês anterior.

No entanto, as comunidades ribeirinhas e indígenas denunciam que a ação resultou em um verdadeiro rastro de sangue, com abordagens violentas, tortura, invasão de residências e assassinato de quatro ribeirinhos e dois indígenas Munduruku no Rio Marimari, nenhuma das vítimas possuía qualquer envolvimento com o assassinato dos policiais.

Esse rastro de violência continua, quando em julho de 2021, o presidente da república assina decreto autorizando a atuação das Forças Armadas na repressão a delitos ambientais no estado de Rondônia. Por trás disso está a criminalização da Liga dos Camponeses Pobres (LCP).

Em maio deste ano, o governador de Rondônia, Marcos Rocha (PSL) vi-

sitou a capital federal para encontro com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, e com o secretário de Assuntos Fundiários, Nabhan Garcia, sob justificativa de que um "grupo terrorista" estaria atuando no estado. Posicionamento reiterado pelo presidente Jair Bolsonaro.

Na ocasião, a CPT-RO lançou Nota contra a intervenção da Força Nacional no estado: "A vinda da Força Nacional a Rondônia nunca foi necessária. O governo relata 100 invasões de propriedades no Estado nos últimos meses, mas não esclarece onde estão ocorrendo essas invasões". O regional afirmou ainda que "há uma criminalização crescente das duas únicas ocupações de terra vinculadas à Liga dos Camponeses Pobres (LCP) do ano de 2020: o Acampamento Thiago dos Santos, na região de Nova Mutum, distrito do município de Porto Velho, e o Acampamento Manoel Ribeiro na fazenda N. Sra. Aparecida (parte da antiga Santa Elina, palco do massacre de Corumbiara) que faz divisa com os municípios de Chupinguaia e Corumbiara, onde foram presos um grupo de policiais militares acusados de pistolagem. Em função disso, observou-se uma intensificação das ações da Polícia Militar ameaçando as famílias acampadas, mesmo diante da suspensão da ordem de reintegração de posse."

A chegada da Força Nacional no estado trouxe imediata retaliação contra a LCP. No dia 13 de agosto de 2021 foram assassinados três trabalhadores rurais sem-terra na região de Nova Mutum-Paraná, norte de Rondônia. Os camponeses Amarildo Aparecido Rodrigues, 49 anos, Amaral José Stoco Rodrigues, 17 anos e filho de Amarildo, e Kevin Fernando Holanda de Souza de 21 anos, foram mortos pelo Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da PM de Rondônia e pela Força de Segurança Nacional.

A área onde ocorreu os assassinatos, está situada nas proximidades do Acampamento Dois Amigos e do Acampamento Thiago dos Santos, em União



Bandeirantes, distrito do município de Porto Velho. O fato ocorreu na área da Fazenda Santa Carmem, um latifúndio ocupado pela Liga em janeiro de 2021.

Rastro de sangue

Os dois casos citados, no Rio Abacaxis (AM) e na Fazenda Santa Carmem (RO), além do teor de violência policial que se caracteriza, trazem a síntese da realidade de conflitos que adentram a Amazônia Brasileira e rompem as fronteiras entre os estados.

Segundo a cacique Alessandra Munduruku, da Terra indígena Kwatá/Laranjal, policiais militares entraram sem licença da FUNAI em território indígena Munduruku, na área do Rio Marimari, no dia 05 de agosto de 2020, assassinando dois indígenas, Josimar e Josivan, um deles catraieiro da lancha que fazia transporte de crianças para escola. "Essa ação durou mais ou menos uns 5 dias, eles foram matando pessoas inocentes aqui e no Abacaxis, foram fazendo essas coisas e matando quem não deveria".

A cacica relata que "para eles [Polícia Militar] acalmarem um pouco de estar matando pessoas, foi preciso chamar a Polícia Federal e a Força Nacional, devido a morte dos dois indígenas e por conta do que estavam fazendo. Porque a gente não aceita eles terem vindo matando pessoas inocentes...até hoje a gente não sabe o porquê e queremos que a justiça seja feita".

Com semelhante brutalidade, em Rondônia, o jovem Kevin Fernando "foi morto enquanto tentava fugir dos militares que o perseguiram e atiraram do helicóptero. Os projéteis de fuzil disparados por policiais atravessaram o corpo e a moto do camponês. Deixou a esposa grávida. Amarildo era casado e, além de pai de Amaral, era pai de uma criança pequena. Amaral, de 17 anos, estava concluindo o ensino médio, além de trabalhar na roça", relatam camponeses da LCP.

Os dois casos seguem impunes. Em Rondônia, os camponeses afirmam que os corpos foram retirados do local sem perícia policial. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do estado, a Força Nacional estaria cumprindo mandado de reintegração de posse no local, informação que foi negada pela LCP.

No marco de um ano do massacre do Rio Abacaxis, organizações sociais e entidades representativas de comunidades indígenas e ribeirinhas, divulgaram Nota denunciando a impunidade e ausência de justiça por parte dos governos federal e estadual: "apesar de tanta dor e tanta luta, os povos da região do Abacaxis seguem em pé, buscando os direitos dos quais foram privados. Apesar do desestímulo do Estado, nós seguiremos ao lado desses povos, lutando, enquanto nossa presença for desejada e enquanto essas comunidades, exemplos de resistência, estiverem dispostas a lutar. Não há polícia, não há governo e não há descaso que possam derrubar quem está unido na luta por justiça".

RESISTÊNCIA INDÍGENA

"Primavera Indígena": contemporal, violências de gênero territoriais, 6 mil indígenas ocupam

Durante os meses de agosto e setembro de 2021, mais de seis mil indígenas de todas as regiões do Brasil ocuparam a capital federal durante o Acampamento Luta pela Vida e II Marcha das Mulheres Indígenas.

ASSESSORIA DE IMPRENSA ACAMPAMENTO LUTA PELA VIDA

"Estamos realizando a maior mobilização de nossas vidas", diz Sônia Guajajara, durante fala de abertura do Acampamento Luta Pela Vida, que teve início no dia 22 de agosto deste ano. A partir desse dia, 6 mil indígenas de mais de 180 povos, vindos de todas as regiões do país, ocuparam Brasília para o que ficou conhecido posteriormente como "Primavera Indígena".

Nesse momento também se iniciava a maior mobilização indígena no país desde a Assembleia Constituinte, pela garantia de seus direitos originários e contra o marco temporal.

"É o nosso futuro e de toda humanidade que está em jogo. Falar de demarcação de terras indígenas, no Brasil, é falar da garantia do futuro do planeta com as soluções para a crise climática", reforça Sonia Guajajara, coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

Os indígenas iniciaram a mobilização no acampamento "Luta pela Vida", previsto para durar 7 dias, de 22 a 28 de agosto deste ano. No entanto, com a série de adiamentos e prorrogações do julgamento do Marco Temporal no Supremo Tribunal Federal (STF), os indígenas permaneceram na cidade até a II Marcha das Mulheres Indígenas, que ocorreu entre os dias 7 a 11 de setembro.

A pauta prioritária estava relacionada ao julgamento no STF, que é considerado pelo movimento indígena o processo mais importante do século sobre a vida dos povos indígenas. Além disso, os povos também denunciaram os projetos anti-indígenas em trâmite no Congresso Nacional, agravamento das violências, inclusive de gênero, contra os povos originários, dentro e fora

as normas já existentes e recomendadas para o combate à Covid-19. O Acampamento contou com profissionais indígenas de saúde em parceria com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), com a Fundação Oswaldo Cruz de Brasília e do Rio de Janeiro (Fiocruz DF e RJ), com o Ambulatório de Saúde Indígena da Universidade de Brasília (Asi/UNB) e com o Hospital

O julgamento se iniciou em 26 de agosto de 2021 e já avançou na Suprema Corte com a manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre o caso. Na semana anterior, o ministro Edson Fachin fez a leitura do relatório inicial, as partes envolvidas no processo realizaram suas sustentações orais e os amici curiae - "amigos da corte" deram suas contribuições para o entendimento do caso.

Também votou Kassio Nunes, ministro indicado pelo presidente Jair Bolsonaro, que defendeu a tese do marco temporal. Segundo o ministro, "posses anteriores à promulgação da Constituição Federal não podem ser consideradas tradicionais, porque isso implicaria o direito de expandi-las ilimitadamente para novas áreas já definitivamente incorporadas ao mercado imobiliário nacional". No centro da disputa há duas teses: de um lado a tese do chamado marco temporal, defendida pelos ruralistas e que restringe os direitos indígenas, e do outro a defesa do direito originário e da tradicionalidade da ocupação indígena, como critério para as demarcações de terras indígenas.

Segundo a tese restritiva do marco temporal, os povos indígenas só teriam direito à demarcação das terras que estivessem em sua posse no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. Além de trazer o ônus da prova da disputa por seus territórios para as comunidades, a tese ignora e ao mesmo tempo legitima, o histórico de expulsões e violências sofridas pelos povos indígenas antes da data. Essa tese é defendida pelos setores mais retrógrados do



Foto: Andressa Zumpano

dos territórios tradicionais.

"O acampamento 'Luta pela Vida' já diz no nome os motivos que fizeram os povos indígenas estarem em Brasília, em plena pandemia. Estamos trabalhando todas as medidas sanitárias, incluindo a testagem dos participantes e reforçando a vinda de pessoas já vacinadas", enfatizou Dinamam Tuxá, coordenador executivo da Apib.

Durante toda mobilização indígena, protocolos rígidos de saúde foram adotados, dedicados a manter todas

as normas já existentes e recomendadas para o combate à Covid-19.

Marco Temporal

O Supremo está analisando a reintegração de posse movida pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA) de Santa Catarina, contra o povo Xokleng, referente à TI Ibirama-Laklãnõ, onde também vivem os povos Guarani e Kaingang. Em 2019, a Corte reconheceu a "repercussão geral" do caso, ou seja, a decisão servirá de diretriz para a gestão federal e todas as instâncias da Justiça no que diz respeito aos procedimentos demarcatórios.

tra o Marco e pelos direitos ocupam Brasília

agronegócio, além de outros setores interessados em explorar os recursos em terras indígenas.

Oposta ao marco temporal está a “teoria do indigenato”, consagrada pela Constituição Federal de 1988. De acordo com ela, o direito indígena à terra é originário, ou seja, é anterior à formação do próprio Estado brasileiro, cabendo ao poder público apenas declarar seu reconhecimento. Sem fazer qualquer menção a um marco temporal, a Constituição de 1988 estabelece a tradicionalidade da ocupação indígena como único critério para as demarcações. Essa tese é defendida pelos povos e organizações indígenas, indigenistas, ambientalistas e de direitos humanos.

Os povos indígenas afirmam “a nossa história não começou em 1988, e as nossas lutas são seculares, isto é, persistem desde que os portugueses e sucessivos invasores europeus aportaram nestas terras para se apossar dos nossos territórios e suas riquezas”. Também, asseguram seguir “resistindo, reivindicando respeito pelo nosso modo de ver, ser, pensar, sentir e agir no mundo”.

Mobilização permanente

Entre os dias 22 e 28 de agosto, seis mil indígenas, de 176 povos de todas as regiões do país, estiveram presentes em Brasília, reunidos no acampamento “Luta pela Vida” para acompanhar o julgamento no STF e lutar em defesa de seus direitos, protestando também contra a agenda anti-indígena do governo Bolsonaro e do Congresso Nacional.

O Acampamento Luta Pela Vida contou com ampla agenda de atividades, que foram desde debates e plenárias sobre direitos territoriais, participação política e pautas relativas à juventude, como na realização de diversas marchas e rituais, que fizeram ecoar o

som dos maracás por toda a capital federal.

Durante o Acampamento, também foram realizadas vigílias, onde os povos indígenas “demarcaram” a Praça dos Três Poderes com frases “Brasil Terra Indígena” e “Genocida, seu destino é o Tribunal de Haia”, referindo-se ao presidente Jair Bolsonaro, que é acusado de genocídio pelos povos indígenas.

“É importante essa mobilização dos indígenas, na Praça dos Três Poderes, e na frente do STF, justamente para trazer essa mensagem de apoio ao Judiciário, para dizer que os indígenas acreditam no Judiciário, acreditam no STF enquanto protetor da Constituição e da democracia, diante desse cenário em que o STF é extremamente atacado, principalmente pelo Executivo. Tanto o STF quanto os povos indígenas estão sob ataque desse governo”, disse Samara Pataxó, coordenadora jurídica da Apib.

“Quero dizer que esse Brasil é nosso. O Brasil é Terra Indígena. O Brasil é indígena. Portanto eles precisam ter esse entendimento: que nós somos originários dessa terra e vamos defendê-la sempre”, afirmou Marcos Xukuru, cacique geral do povo Xukuru e prefeito de Pesqueira (PE). “Mais de seis mil lideranças indígenas que representam hoje, para todos nós, neste país, a força do encantamento. Porque eles [os parlamentares e o governo] têm o poder, mas não têm a força. A força quem tem somos nós, a força da ancestralidade”, completou.

Com o objetivo de seguir acompanhando o julgamento, os indígenas decidiram manter a mobilização em Brasília e nos territórios. Assim, cerca de 1.200 lideranças indígenas, representando seus povos, permaneceram na capital de forma permanente até a II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, que ocorreu entre os dias 07 a 11 de setembro.



Foto: Andressa Zumpano

"Mulheres originárias: Reflorestando mentes para a cura da Terra"

Cinco mil mulheres indígenas de 185 povos ocuparam o gramado da Funarte, em Brasília, na II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, que teve como tema “Mulheres originárias: Reflorestando mentes para a cura da Terra”.

Lideranças indígenas femininas da Amazônia, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica, Caatinga e dos Pampas foram credenciadas e testadas para a Covid-19, dentro da parceria com Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz DF e RJ), Ambulatório de Saúde Indígena da Universidade de Brasília, Secretaria de Saúde do DF e Hospital Universitário de Brasília.

A II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas contou com uma série de atividades que refletiram não só as violências sofridas pelas mulheres indígenas no Brasil, como também a força da ancestralidade, rituais, acolhimento e diversidade, em um momento de celebração e reencontro.

“Estamos em busca da garantia de nossos territórios, das que nos antecederam, para as presentes e futuras gerações, defendendo o meio ambiente, este bem comum que garante nossos modos de vida enquanto humanidade. Para além de mero recurso físico, é igualmente morada dos espíritos das florestas, dos animais e das águas da vida como um todo, fonte de nossos conhecimentos ancestrais”, reforçou o comunicado da Anmiga sobre a marcha.

Entre as atividades da Marcha, ocorreu o ritual em memória às meninas indígenas Raissa Guarani Kaiowá e Daiane Kaingang, adolescentes violentadas e mortas no Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul alguns dias antes de começarem as mobilizações indíge-

nas em Brasília, em agosto de 2021. Mulheres indígenas de todo o país fizeram atos e lançaram manifestos à época, denunciando o contexto violento de vulnerabilidade a que estão submetidas.

“Falar sobre violência, e sobre a violência de gênero nas comunidades e aldeias e entre povos indígenas, é um processo doloroso, que ainda pode ser considerado um tabu dentro das comunidades. Apesar da gente viver todos os dias isso dentro do território, seja pelo machismo imposto, seja pelos projetos que insistem em adentrar nossos territórios com suas ações desenvolvimentistas”, relatou Nyg Kaingang, liderança indígena da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga).

As pautas que nortearam, não somente a programação da Marcha, como também toda a luta das mulheres indígenas no país, caminham juntas. Por isso, lutar contra a violência de gênero, patriarcado e contra a inconstitucional tese do marco temporal implica diretamente na proteção e autonomia dos territórios indígenas no Brasil.

Em Brasília ou nos territórios, “estamos em busca da garantia de nossos territórios, das que nos antecederam, para as presentes e futuras gerações, defendendo o meio ambiente, este bem comum que garante nossos modos de vida enquanto humanidade. Para além de mero recurso físico é igualmente morada dos espíritos das florestas, dos animais e das águas da vida como um todo, fonte de nossos conhecimentos ancestrais”, salientou a coordenação da Anmiga.

CERRADO

Dia Nacional do Cerrado é marcado por série de ações regionais e nacionais

Celebrada no dia 11 de setembro, a data abriu espaço para o lançamento do Tribunal Permanente dos Povos em defesa do Cerrado e da Campanha Salve uma Nascente.

AMANDA COSTA*

Os dias que antecederam e precederam o Dia Nacional do Cerrado foram marcados pela realização de atos simbólicos, festividades e lançamentos que colocaram em evidência não só a necessidade e urgência de conservação de toda a biodiversidade do Cerrado, como também os processos de resistência dos diversos povos que há décadas lutam para manter os seus territórios em pé.

No Mato Grosso, a CPT participou de uma ação junto ao Grupo Arareau de pesquisa e Educação Ambiental, às Irmãs Franciscanas, aos moradores da comunidade Bananal, às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e aos simpatizantes para a realização da Romaria do Cerrado, onde fizeram um café da manhã com muitas orações, cantorias e contemplação do Cerrado com uma subida ao Morro do Procópio.

Durante café da manhã, Baltazar Ferreira de Melo, agente da CPT-MT, fez uma reflexão sobre a necessidade do cuidado com as nascentes e falou sobre como surgiu o projeto de recuperação de nascentes na região. O presidente do grupo Arareau, Rinaldo Cardoso, falou sobre uma ação em parceria com a prefeitura de Rondonópolis, em que já foram cercados mais 49 olhos d'água.

Tribunal Permanente dos Povos chega ao Brasil

No dia 10 de setembro, a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado realizou o lançamento do Tribunal Permanente dos Povos (TPP) em defesa do território do Cerrado, em formato virtual, que julgará o crime de Ecocídio e a ameaça de genocídio cultural dos povos. O evento contou com a participação de representantes de comunidades tradicionais, representantes do TPP e membros do júri. No momento, foi apresentada a peça de acusação que aponta Estados e entes nacionais, Estados estrangeiros, organizações internacionais e agentes privados como os responsáveis por esses crimes.

A acusação será detalhada ao

longo do processo de Audiências Temáticas, com base em 15 casos representativos de territórios em conflito em 8 estados do Cerrado, distribuídos entre Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí e Tocantins. Os casos foram selecionados a partir de um amplo processo de escuta e análise envolvendo lideranças comunitárias e organizações de assessoria membros da Campanha.

A primeira audiência está prevista para novembro, e a segunda para março. Em novembro de 2022 acontecerá a audiência final deliberativa, em que será lida a sentença dada pelo júri, que conta com personalidades como Phillipe Texier, presidente do TPP e juiz honorário do Tribunal de Cassação da França, Déborah Duprat, ex-procuradora da República, Eliane Brum, jornalista, escritora e documentarista, a liderança indígena Sônia Guajajara, entre outras.

Festival dos Povos do Cerrado

Como parte da programação de lançamento do TPP, um momento de celebração entre os diversos povos do Cerrado foi realizado, também de maneira online, no dia 11 de setembro, data que marca a comemoração do Dia Nacional do Cerrado. Promovido pela Campanha Nacional em Defesa do Cerrado junto à Articulação das CPT's do Cerrado e organizações parceiras, a iniciativa reuniu, entre os sons de tambores e ecos de vozes, toda a luta em defesa do bioma e de seus povos.

O 1º Festival dos Povos do Cerrado, realizado em formato de *live*, se constituiu como um espaço de celebração a partir das manifestações artísticas e culturais dos diversos povos que existem e resistem em seus territórios de vida e de direito. Com mediação de Rosalva



Foto: Amanda Costa

Gomes, do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e Antônio Baiano, cantor popular goiano, o Festival contou com a transmissão ao vivo do Toré, ritual indígena realizado por Hilário Xakriabá, intervenção de Braulino Caetano, geraizeiro do Norte de Minas Gerais, cantos do grupo de quebradeiras de coco babaçu, as Encantadeiras, apresentação da orquestra de violeiros de Goiás, entre outras expressões artísticas.

Além de trazer à tona o Tribunal Permanente dos Povos, lançado no dia anterior, o Festival visibilizou a Campanha de arrecadação para reconstrução da Casa de Medicina e Escola Xakriabá, do Povo Xakriabá, em Minas Gerais e abriu caminho para a Campanha de financiamento coletivo "Salve Uma Nascente", um projeto idealizado pela Articulação das CPT's do Cerrado, que pretende recuperar cinco nascentes.

Campanha Salve Uma Nascente

Após apresentação no Festival dos Povos do Cerrado, a Articulação das CPT's do Cerrado lançou a Campanha de financiamento coletivo Salve uma Nas-

cente, na plataforma Benfeitoria. Diante de um cenário de devastação do bioma, em que, a cada ano, 10 pequenos rios morrem, o principal objetivo da iniciativa é recuperar cinco nascentes que correm risco de desaparecer, localizadas em comunidades camponesas acompanhadas pela CPT nos estados do Maranhão, Piauí, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A Campanha já ultrapassou os 20% de sua primeira meta de arrecadação, mas pretende chegar a outras quatro, totalizando o valor de R\$110 mil reais. A arrecadação da primeira meta é Tudo ou Nada, por isso só receberá as doações caso atinja o valor estipulado. A Campanha oferece uma lista de recompensas que funcionam como incentivo, mas é possível doar sem pedir nada em troca.

"A Campanha Salve Uma Nascente é imprescindível para nosso presente e nosso futuro. Não só para os povos e comunidades que vivem no Cerrado, mas para todos nós, do campo e da cidade, pois sem água, não há vida", enfatiza Leila Cristina Lemes, coordenadora da Campanha e da Articulação das CPT's do Cerrado.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

AMAZÔNIA

"O amanhã da Amazônia é agora": mobilizações pelo país denunciam violações contra os povos da floresta

Ações, em diversas partes do Brasil e em outros países, marcaram a semana do 05 de setembro, dia da Amazônia. As mobilizações também se somaram à Segunda Marcha das Mulheres Indígenas e ao Grito dos Excluídos.

MÁRIO MANZI*

O mês de setembro registrou, já em seu início, várias jornadas de luta por diferentes pautas, que, no entanto, se conectaram enquanto objetivos comuns. O Acampamento Luta Pela Vida, iniciado no dia 22 de agosto, consolidou-se na capital federal, onde manteve mobilização permanente em decorrência da votação do Marco Temporal (págs. 8 e 9). O acampamento somou forças com a Segunda Marcha das Mulheres Indígenas, que ocorreu entre os dias 7 e 11 de setembro, em Brasília. Na semana do dia 5 de setembro, Dia da Amazônia, foi realizada uma série de atos nos estados amazônicos do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, além de ações em São Paulo e no Distrito Federal e em outros países da Pan-Amazônia, como Peru, Colômbia, Equador e Bolívia. Na Europa, organizações da França e Alemanha também se juntaram às ações.

Sob o lema "O amanhã da Amazônia é agora", as mobilizações puxadas pela Articulação das CPTs da Amazônia, envolveram manifestações, panfletação, caminhadas, celebração ecumênica, roda de debates com as comunidades acompanhadas, além da produção de vários materiais gráficos como camisetas, faixas e banners, dentre os regionais envolvidos. As ações tiveram como objetivo protestar contra o desmatamento, o avanço do agronegócio e das queimadas sobre a floresta, como também exigir a demarcação das terras indígenas e respeito e proteção aos povos e comunidades tradicionais.

Foto: Rodrigo Duarte - Articulação das CPTs da Amazônia/Proteja Amazônia



Grito dos Excluídos

As ações também somaram-se, em diversos estados, à 27ª edição do Grito dos Excluídos, que teve como tema, este ano: "Na luta por participação popular, saúde, comida, moradia, trabalho e renda já". O Grito ocorre, historicamente, na data de 7 de setembro. Em diversas cidades a mobilização também se juntou à campanha nacional pelo "Fora Bolsonaro".

Brasília

A mobilização realizada na capital federal foi organizada pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Articulação das CPTs da Amazônia, Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga), Instituto Clima e Sociedade (iCS), Articulação dos

Foto: Juliana Pesqueira



Povos Indígenas do Brasil (Apib) e Proteja Amazônia.

Na cidade, a juventude indígena ocupou a frente do prédio do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Com vários cartazes simbolizando a destruição de fauna e flora na Amazônia, e denunciando as violências contra os povos e comunidades tradicionais, os participantes pintaram as mãos e os pés de tinta vermelha, como forma de protesto. Vários gritos lembraram a situação de violação de direitos na Amazônia e reforçaram a resistência dos povos.



Foto: Andressa Zumpano

Projeções

Ações de projeção também fizeram parte da série de mobilizações pelo país no domingo (5). A fachada do Ministério do Meio Ambiente recebeu diversas imagens, logo após o ato simbólico promovido pela juventude indígena.

Na mesma noite, em São Paulo, a praça Roosevelt, na República, exibiu a série que advertia sobre os problemas que prejudicam a vida na Amazônia. Mensagens em protesto contra conflitos, assassinatos, queimadas e mineração, por exemplo, foram expostas por cerca de uma hora no local. Após forte chuva, Manaus também recebeu as projeções, na esquina da Avenida Eduardo Ribeiro com a José Clemente, no Centro, com os dizeres: "O amanhã da Amazônia é agora".

Conflitos

No ano de 2020 foram registrados 1.608 "Conflitos por Terra" no Brasil, que envolveram 171.968 famílias, 62,5% de tais conflitos ocorreram na Amazônia Legal (1.001) - considerando todos os estados da região Norte, além de parte do estado do Maranhão e todo o estado do Mato Grosso. A região também responde por 61% do total de famílias envolvidas em conflitos por terra (104.428). Ainda segundo os dados da CPT, na Amazônia Legal, em 2020, ocorreram 83% do total de assassinatos registrados em todo o país. Também foram

contabilizadas 35 tentativas de assassinato, sendo 46% delas na Amazônia.

É notável que parte considerável das demais violências também concentrou-se no território amazônico: 102 do total de 159 ameaças de morte; 06 das 09 pessoas torturadas; 50 das 69 pessoas presas; 39 das 54 pessoas agredidas e 08 das 09 mortes em consequência de conflito. Em 2020, a CPT passou a registrar os casos de pessoas que sofreram criminalização. Em todo o Brasil, 83 pessoas foram criminalizadas no contexto de conflitos no campo. Destas, 65 são da Amazônia, o que corresponde a 78% do total.

O Amanhã é Agora

Para Darlene Braga, coordenadora da Articulação e agente da Pastoral no Acre, "o amanhã da Amazônia é agora" porque o "sonho de conservação e de respeito aos povos e comunidades amazônicas é um sonho comum. A resistência das guerreiras e dos guerreiros, das guardiãs e dos guardiões da floresta é o que nos une e o que nos faz esperar. Esse momento é de ter esperança e de, sobretudo, agir".

As mobilizações sob o mote "O amanhã da Amazônia é agora" devem seguir durante o ano de 2021 e continuar sensibilizando a opinião pública e os governos sobre a necessidade de preservação da floresta e de seus povos.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

MULHERES

UNIDAS CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO: apoio às mulheres camponesas acompanhadas pela CPT Araguaia-Tocantins

ANTONIA LAUDECI OLIVEIRA DE MORAES*

A participação das mulheres nos diversos âmbitos da sociedade é subsidiada por padrões sociais e culturais que as cercam de preconceitos – machismo, racismo e desigualdade de gênero – os quais impactam de forma violenta o seu existir. As camponesas sofrem diversos tipos de discriminação e enfrentam as mais variadas formas de violências de gênero, na esfera familiar e territorial. Para o enfrentamento a estas situações, as agentes da CPT Araguaia-Tocantins elaboraram um trabalho de acompanhamento específico às mulheres, que nasceu em 2013, a partir das percepções de que havia a necessidade de acompanhar, compreender os contextos, ouvir e tentar contribuir com a vida dessas mulheres por meio dos relatos nas visitas, oficinas, reuniões e encontros de formação.

A violência contra as mulheres passou a ser discutida e enfrentada dentro da contextualização de um sistema que é guiado pelo avanço do capital e pelo patriarcado enraizado, os quais impõem regras que naturalizam as hostilidades que confrontam o universo das mulheres, que em sua grande maioria está na luta pela conquista e permanência na terra.

Neste sentido, há um olhar voltado para estas questões, que vem sendo trabalhado e pensado por meio de estratégias de apoio às mulheres das comunidades camponesas inseridas nesse contexto, que reúne agentes da pastoral em parceria com outras mulheres voluntárias que fazem parte da igreja, UFNT (Universidade Federal do Norte do Tocantins), advogadas e psicólogas. Elas, em conjunto, pensam metodologias para identificar as violências e, assim, contribuir com suas vidas a partir do conhecimento de seus direitos, capacidade de organização interna e de autonomia para a geração de renda. A CPT desenvolve este trabalho em 16 comunidades localizadas na região centro-norte do estado, totalizando 12 municípios.



Foto: CPT/TO

Em 2020, esse grupo se transformaria em uma rede de apoio às mulheres, hoje denominado Flores de Supupira. As camponesas contam com o apoio da rede, formada por várias mulheres dispostas a levar o trabalho às comunidades junto a CPT, e para discutir a relevância de suas resistências, as formas que os impactos do capital se chocam com suas vidas, bem como os outros tipos de violências a que também são submetidas no seio familiar.

Dessa forma, torna-se relevante fazer reflexões junto às mulheres camponesas sobre a necessidade de encorajamento às denúncias e ao acolhimento umas com as outras, no sentido de ampliação da rede de autoproteção, composta pelas companheiras do campo, assim como é importante que essas mulheres sintam o amparo, acolhimento e os encaminhamentos dos casos.

É importante destacar que a violência de gênero e os conflitos socioambientais se entrelaçam na vida das camponesas - corpos e territórios são elementos que acirram a luta pela liberdade e direitos, e isso se dá por meio das resistências femininas.

São as mulheres que geralmente estão à frente dos conflitos, e que se colocam dispostas a enfrentar as ameaças dos grileiros em defesa de seus territórios. Por isso é importante termos a compreensão do processo de luta em que elas estão inseridas, considerando as

diversas dimensões em que a vida dessas mulheres são atingidas. Isso precisa ser dialogado por meio das vozes delas. As camponesas trazem em seu histórico de

dustrialização da monocultura, às diferentes articulações do capital, que dialogam entre o comércio, a indústria, os bancos e o fundiário. Gonçalves (2011, p. 5-6), chama atenção para o fato de que as empresas e Estado são os principais agentes de articulação para o agronegócio: “[...] Esses agentes operam em favor da disseminação de produtos biotecnológicos na agricultura e redesenham o jogo de forças no campo e na cidade, determinando a estruturação do Agronegócio na escala global”. Esse modelo excludente de desenvolvimento que recebe políticas públicas de apoio estatal é convergente com a expropriação de terras camponesas, conflitos e o aumento da violência no campo, contudo violências contra as mulheres.

Por tanto, a CPT compreende que é imprescindível o trabalho junto às

Foto: CPT/TO



vida a discriminação pelo machismo patriarcal que perpassa pela família, comunidade, escola, no trabalho da roça, na sexualidade, política e em diversos âmbitos da sociedade. Seus relatos trazem a desvalorização do trabalho e cargas exaustivas de afazeres que as excluem dos acessos ao lazer, à saúde, educação, renda e que, no contexto territorial, também são submetidas aos processos de conflitos provocados pelo agronegócio.

Conforme Gonçalves (2011), o processo de difusão do agronegócio e as biotecnologias que confrontam o campesinato se relacionam desde a in-

mulheres das comunidades no intuito de que as camponesas ocupem espaços de deliberações e decisões nos grupos comunitários e associações, bem como na geração de renda e principalmente no combate às variadas formas de violências sofridas dentro no campo.

Referências: GONÇALVES, S. A globalização do agronegócio e a destruição do campesinato no século XXI. *Ateliê Geográfico*, v. 5, n. 2, p. 1-23, 2011.



Crise migratória nos EUA: 5 mil haitianos detidos e 2 mil deportados

México organizará voos humanitários para deportar imigrantes, cerca de 8 mil retornaram de maneira voluntária dos EUA.

A crise imigratória na fronteira entre os Estados Unidos e México permanece. Cerca de 12,4 mil imigrantes haitianos, que estavam acampados na cidade de Del Río, no Texas, foram liberados para entrar aos Estados Unidos, enquanto outros cinco mil permanecem detidos pelas autoridades migratórias estadunidenses. 8 mil retornaram voluntariamente ao México e 2 mil foram deportados para o Haiti.

Segundo o secretário de Segurança Nacional dos EUA, Alejandro Mayorkas, a liberação dos mais de 12 mil imigrantes é condicionada, o que significa que suas petições de asilo serão avaliadas e eles ainda correm o risco de ser deportados. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) estima que cerca de 40% desse grupo é formado por mulheres e crianças.

O México anunciou a reabertura da ponte aérea entre os estados de Tachapula, Chiapas, Villahermosa e Tabasco até a capital haitiana Porto Príncipe, para trasladar os imigrantes de volta ao seu país, a partir da primeira semana de outubro. O presidente Andrés Manuel López Obrador disse que seu país não se tornará



Foto: Júlio César Aguilar-AFP

"um acampamento de refugiados" e que são necessários investimentos nos países de origem para diminuir o fluxo migratório.

O Haiti vive uma das maiores crises humanitárias da sua história com o assassinato do presidente Jovenel Moise, em junho, e um terremoto de gravidade 7,2 na escala Richter, que destruiu boa parte do Sul do país, em agosto. Apesar de um acordo entre partidos haitianos ter estabelecido um novo governo provisório até 2023, o país caribenho permanece dividido pela violência de grupos armados. De acordo com a ONU, somente na capital cerca de 18 mil pessoas foram desalojadas pelas gangues, deste total, somente 7 mil teriam acesso aos programas humanitários. (por Michele de Mello - Brasil de Fato)

Uruguai registra 3ª greve geral contra governo de Luis Lacalle Pou

Central sindical convoca a mobilização reivindicando empregos, aumento de salários, saúde e moradia.

O Uruguai registrou no dia 14 de setembro a terceira greve geral do governo de Luis Lacalle Pou, convocada pelo Plenário Intersindical de Trabalhadores (PIT-CNT), com o lema "Que os mais infelizes sejam os mais privilegiados". Caravanas saíram de distintos pontos do país em direção a Montevideo, para uma concentração no Palácio Legislativo, sede do Parlamento uruguaio.

Com a queda do poder aquisitivo, a central de trabalhadores reivindica ajustes nos salários, mais empregos e políticas para combater a fome. Ao

mesmo tempo, defendem as empresas públicas e a educação, dois pontos-chave que foram debilitados durante o governo do direitaista Luis Lacalle Pou com medidas decretadas através da chamada Lei de Urgente Consideração (LUC). Em junho deste ano, o desemprego no Uruguai alcançou a marca de 9,4%, segundo o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) do país, enquanto o Índice Médio de Salários aumentou 5,83% em julho, em relação ao mesmo período do ano anterior. (Fernanda Paixão - Brasil de Fato com informações de Telam, AFP e La Diaria.)

Foto: Júlio Ignacio Sánchez Mello-AFP



Zapatistas alertam que México está à beira de uma guerra civil no estado de Chiapas

Em comunicado, o EZLN denuncia ataques contra as comunidades autônomas, depois do sequestro de dois zapatistas.

Diretamente das montanhas do sudeste mexicano, um comunicado do Comando Geral do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) - o Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (CCRI) - convocou o mundo para voltar seus olhos ao acirramento de conflitos em Chiapas. O estado mexicano que faz fronteira com a Guatemala é onde está localizado todo o território autônomo zapatista. "Chiapas à beira da guerra civil" é o título da declaração que denuncia a escalada de ataques às comunidades originárias, tornada público no dia 19 de setembro e dirigido aos povos do mundo.

O alerta foi feito depois que duas autoridades indígenas da Junta de

Bom Governo de Pátria Nueva - Sebastián Nuñez Perez e Jose Antonio Sanchez - foram sequestradas e ficaram desaparecidas durante oito dias. Após mobilizações no México e ao redor do mundo por suas aparições com vida, os dois zapatistas foram libertados.

Foto: Juan Popoca



De acordo com o EZLN e a Red de Resistencias y Rebeldías AJMAQ (uma articulação que reúne diversos coletivos e movimentos sociais no México), o sequestro aconteceu na manhã de 11 de setembro e foi feito pela Organización Regional de Cafecultores de Ocosingo (ORCAO), acusada de ser um grupo paramilitar a serviço do governo do Estado de Chiapas.

Escalada de violência

Fundada em 1988 por 12 comunidades no município de Ocosingo, em Chiapas, a ORCAO surge, inicialmente, para se organizar em torno de demandas relacionadas ao preço do café e questões agrárias. Até o final

dos anos 1990 a relação entre a ORCAO e o movimento zapatista foi amistosa. A perspectiva contada em matéria da Rádio Zapatista aponta que o rompimento, agravado com a chegada do político Pablo Salazar ao governo de Chiapas em 2000, se deu quando os cafeicultores "cederam à tentação de disputar apoios governamentais e cargos públicos em troca de favores".

O comunicado zapatista terminou pedindo que manifestações de solidariedade sejam feitas na frente de embaixadas e consulados do México ao redor do mundo, no dia 24 de setembro. A reivindicação é para que todas as instâncias de governo no México cessem com "as provocações e abandonem o culto da morte que professam". (Gabriela Moncau - Brasil de Fato)

PÁGINA BÍBLICA

Nessa edição damos continuidade à análise de Sandro Gallazzi sobre os textos de João. Confira:

SANDRO GALLAZZI*

Todos os que vivem sob o jugo da escravidão considerem seus senhores dignos de toda honra, para que não seja desonrado o nome de Deus nem sua doutrina; e obedeçam mais ainda se os senhores forem cristãos. É normal que neste projeto de convivência, busque-se uma consolidação estrutural interna, uma organização mais forte, capaz de uma melhor defesa para garantir longa sobrevivência. E já aparece uma igreja (tomamos a chamá-la assim) que, se ainda não é sacerdotal, já é hierárquica: Supervisores/bispos (que vigiam de cima) que, entre várias qualidades, devem saber governar a casa e gozar de boa fama entre os de fora para evitar o desprestígio.

Religião lícita para evitar a perseguição. Este era o ponto: (1Tm 3,7)

Esta igreja pretende conviver com a sociedade imperial contemporânea, em paz com as autoridades e evitando provocar reações adversas.

O que é bom e agradável diante de Deus nosso Senhor é orar "pelos reis e por todos os que têm autoridade, para que tenhamos uma vida quieta e sossegada, em toda a piedade e dignidade". (1Tm 2,2-3)

Havia apenas uma maneira de não provocar reações adversas: deixar de viver de forma "diferente", evitando, sobretudo, de subverter as "normais" relações de governo que sustentavam a sociedade greco-romana.

Por isso, os cidadãos deviam "ser submissos aos magistrados e às autoridades, ser obedientes e estar sempre prontos para qualquer trabalho bom" (Tt 2,5). Por isso as mulheres deviam ser "moderadas, castas, boas trabalhadoras de casa, submissas aos seus maridos, a fim de que a palavra de Deus não seja blasfemada". (1Tm 6,1)

Por isso "todos os servos



que estão debaixo do jugo considerem seus patrões dignos de toda a honra, para que o nome de Deus e a doutrina não sejam blasfemados".

É preciso viver de maneira a não provocar as reações dos adversários e ter, assim, uma vida sossegada (1Tm 5, 14 / Tt 2,8)

Para ser considerada religião lícita, porém, eram necessários três elementos essenciais; doutrina, organização e piedade. É disso que tratam as cartas a Timóteo e a Tito: instrução, governo e piedade, palavras quase exclusivas das cartas pastorais e que constituem os assuntos centrais das mesmas.

Os bispos/supervisores, os diáconos, os presbíteros que presidem bem merecem uma dupla remuneração... Eles dirigem a Igreja, garantem a verdadeira doutrina (1Tm 5,17), não devem distribuir tarefas impondo as mãos precipitadamente (2Tm 4,1-2).

Há uma preocupação tão grande com a doutrina que nem se vê

a que foi reduzido o Evangelho (Tt 1,5): a um "depósito da sã doutrina" (2Tm 1,12-14).

Há pessoas que chegam a negar que Cristo é o Messias, o Ungido e com isso negam a união da comunidade, retirando-lhe a tarefa de praticar a justiça, de mudar a sociedade (130 2,18-29).

É interessante notar como vários evangelhos não canônicos chegam a apresentar Jesus como um mestre, um sábio, um conselheiro, e nem falam de sua morte.

Uma Igreja da convivência que não grita mais aos ricos como gritava Tiago: "Vocês, ricos, chorem a gritos por causa das desgraças que sobre vocês virão" (Tg 5,1). Agora a mensagem é outra: "Que pratiquem o bem, se enriqueçam de boas obras, sejam generosos em dar e prontos a repartir" (1Tm 6,18).

Além disso: numa igreja como esta não há lugar para as mulheres.

Numa ecclesia paulina havia lugar para diaconisas, obreiras do Senhor, apóstolas, mestras do caminho, dirigentes de comunidades.

Recomendo nossa irmã **Febe**, que é diaconisa da igreja de Cêncri... Saudai **Priscila** e **Áquila**, meus cooperadores em Cristo Jesus... Saudai Maria, que muito trabalhou por vós.

7. Saudai **Andrônico** e **Júnia**, exímios apóstolos... Saudai **Trifena** e **Trifosa**, que trabalham para o Senhor. Saudai a estimada **Pérside**, que muito trabalhou para o Senhor. Saudai Rufo,

escolhido no Senhor, e sua **mãe**, que considero como minha... Saudai Filólogo e **Júlia**, Nereu e sua **irmã**... (Rm 16,1-16).

Neste tipo de igreja, pelo contrário:

A mulher ouça a instrução em silêncio com espírito de submissão. Não permito que a mulher ensine ou domine o homem. Que ela conserve, pois, o silêncio, porque primeiro foi formado Adão e depois Eva. Além disso, não foi Adão que foi seduzido e sim a mulher que, seduzida, caiu em transgressão. Entretanto ela será salva pela sua maternidade, contanto que, com modéstia, persevere na fé, no amor na santidade (1Tm 2,11-15).

Têm os que se introduzem nas casas e conseguem cativar mulherzinhas carregadas de pecado, possuídas de toda sorte de desejos, sempre aprendendo, mas sem jamais poder atingir o conhecimento da verdade. Sobre os ombros das mulheres anciãs pesa uma grande responsabilidade: ensinar às jovens a serem boas trabalhadoras de casa e submissas a seus maridos, para que o evangelho não seja difamado. (2Tm 3,6-7 / Tt 2,3-5 / 1Tm 5,9-10)

Importante, pela carga simbólica que vai assumir no Evangelho de João, o recado às viúvas:

Será inscrita como viúva apenas quem tenha pelo menos 60 anos, casada uma só vez, conhecida pelo seu bom comportamento, tenha educado bem os filhos, exercido a hospitalidade, lavado os pés dos santos, socorrido os infelizes e praticado toda espécie de boas obras.

Acabamos de descobrir o grupo que incluiu na Bíblia o livro do Eclesiástico!

É necessário que se escreva outro Evangelho. Quem o fará será João.

EXPERIÊNCIA

Conheça as nascentes que serão recuperadas pela Campanha Salve uma Nascente

A Campanha de financiamento coletivo pretende recuperar cinco nascentes, em cinco estados diferentes do Cerrado.

AMANDA COSTA*

Há mais de 10 anos a CPT trabalha com a recuperação de nascentes no Cerrado. As primeiras experiências desenvolvidas foram nos estados de Goiás e Mato Grosso e, desde então, são realizados processos de formação junto a várias comunidades de camponeses e camponesas cerratenses na luta em defesa das águas, da terra e das florestas.

A Campanha Salve uma Nascente busca dar continuidade a essas experiências e abrir caminhos para a multiplicação do trabalho de conservação das águas para outros lugares. A partir do financiamento coletivo, cinco nascentes que correm risco de desaparecer poderão ser recuperadas. Conheça quais são elas:

PIAUI

Nascente localizada no Território Vão do Vico, Município de Santa Filomena. O território é formado pela comunidade indígena Gamela, formada por 17 famílias que vêm sofrendo com a ação de grileiros e com o avanço da soja. A mata de cobertura de proteção das nascentes no território foi destruída pela pulverização aérea de agrotóxicos e as chuvas carregaram muita areia, soterrando muitas delas.

Os indígenas Gamelas do Vão do Vico são responsáveis pela manutenção da biodiversidade do seu território. A defesa da Lagoa Feia é essencial para a continuidade do modo tradicional das famílias, já que a mesma é lugar de morada dos encantados e da memória ancestral desse povo. Além disso, a lagoa é cercada por uma diversidade de plantas nativas, fitoterápicas, frutíferas e inúmeras espécies de animais.

MARANHÃO

Nascente do Rio Itapecuru, um curso d'água brasileiro com 1.450 quilômetros, que banha o Estado do Maranhão. As primeiras águas brotam na localidade conhecida como Vão do Pinto, no município de São Raimundo das Mangabeiras, localizado dentro da área do Parque Estadual do Mirador.

Ocupando 16% do território estadual, a bacia do rio Itapecuru encontra-se inteiramente localizada no Maranhão e abastece 60% da população de São Luís, além de outras cidades no estado. A relevância do Rio Itapecuru para o desenvolvimento dos municípios localizados na bacia configurou-se desde o período colonial.

O rio desempenhou importante papel na região, funcionando como via de circulação para barcos que abasteciam as comunidades ribeirinhas e adquiriam a produção local. A exportação do algodão, base da economia no século XIX, também era realizada por meio do transporte fluvial por companhias de navegação a vapor no Rio Itapecuru.

GOIÁS

A nascente localiza-se no Distrito do Cruzeiro do Bom Jardim, município de Silvânia, a 62 km de Goiânia (GO). A comunidade enfrenta o problema do desmatamento e da diminuição de nascentes, pelo avanço da monocultura da soja e a pulverização dos agrotóxicos em suas plantações.

Vale ressaltar que uma das riquezas do lugar é a fauna e a flora. As principais árvores encontradas próximas à nascente são Guatambu, Angico e Pérola Rosa. A nascente, que abastece praticamente todo o distrito e cai no Rio Meia Ponte, corre risco de desaparecer. O processo de recuperação



Foto: Amanda Costa

e preservação, que será desenvolvido junto à comunidade e aos alunos da escola local, José Eduardo Mendonça, beneficiará todo o distrito do Cruzeiro do Bom Jardim e as comunidades rurais.

MATO GROSSO

A nascente a ser recuperada será na comunidade Poço Azul, no município de Poxoréu (MT). A comunidade é composta por cerca de 16 famílias tradicionais e tem ao menos seis nascentes, das quais três fornecem água para residências.

No decorrer do tempo, a falta de vegetação nativa, o assoreamento e o processo de pisoteio de gado vem causando a diminuição da água e consequentemente a escassez de água para as famílias que dependem delas para subsistência e criação de animais.

As famílias também usam água das nascentes para plantio de hortas, em quintais produtivos e pequenas roças, para subsistência e geração de renda. Em 2020, especificamente, tiveram sérias dificuldades para manter sua produção por falta de água.

MATO GROSSO DO SUL

A nascente situa-se no Assentamento Nazareth, no município de Sidrolândia, próximo à BR 163, no início da Reserva Legal 02 e nos limites dos lotes 07, 08, 11 e 10 do assentamento.

Acampadas desde 2009 na frente da Fazenda Nazareth, as famílias esperaram por quatro anos a finalização do processo de desapropriação da área que pertencia a Plínio Rocha, ex-secretário estadual de governo, para finalmente serem assentadas. Nesse período, muitas famílias utilizavam a água de um pequeno lago que ficava próximo aos barracos para suas atividades diárias e também para beber. Um grupo pescava pequenos peixes e os distribuíam entre as famílias.

Este pequeno lago não existe mais. As idas e vindas do gado que pisoteou suas margens acarretaram em sua degradação e se não for feita uma ação de proteção no entorno da área, a nascente deixará de existir completamente.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

CAMPANHA

SALVE UMA NASCENTE

É URGENTE! É TUDO OU NADA

ACESSE BIT.LY/SALVEUMANASCENTE

Está no ar o financiamento coletivo da Campanha Salve Uma Nascente! Nossa meta é ambiciosa: queremos arrecadar R\$ 110 mil para salvar até cinco nascentes do Cerrado.

É possível doar sem pedir nada em troca, apenas selecionando o valor que pode oferecer ou adquirir uma de nossas recompensas. Temos cartões digitais, ecobags, artes digitais e até vagas em oficinas disponíveis.

A recuperação de nascentes é **URGENTE**: A cada ano, morrem 10 pequenos rios no Cerrado. Nos ajude agora mesmo acessando bit.ly/salveumanascente ou procure por Salve Uma Nascente em www.benfeitoria.com.

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____
 Endereço: _____
 Exemplares: _____

Assinatura anual:

- Brasil R\$ 10,00
- Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco: Caixa Econômica Federal, Agência: 4520 - Conta Corrente: 386-0 - Comissão Pastoral da Terra
 CNPJ: 02.375.913/0001-18
 Informações cpt@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
 CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
 Mala Direta
 Postal Básica

9912277124-DR/GO
 COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA